



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

ATA DA 67ª SESSÃO DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos o Vereador Thiago Damaceno declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou a Vereadora Professora Livia que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Realizada a leitura da ata anterior, esta resta aprovada. **EXPEDIENTE:** GP Diversos nº: 305/2025 CMP (6760/2025); GP Diversos nº: 311/2025 CMP (6761/2025); GP Diversos nº: 315/2025 CMP (6762/2025); GP Diversos nº: 317/2025 CMP (6163/2025); GP Diversos nº: 316/2025 CMP (6764/2025); Projeto de Lei nº: 6609/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Projeto de Lei nº: 6717/2025 dos Vereadores Gil Magno e Junior Paixão; Projeto de Lei nº: 6722/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Projeto de Lei nº: 6730/2025 do Vereador Dudu; Projeto de Lei nº: 6752 e 6793/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Projeto de Lei nº: 6794/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Requerimento de Informação nº: 6720/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Indicação nº: 6712, 6713, 6721, 6725 e 6727/2025 do Vereador Dudu; Indicação nº: 6716/2025 do Vereador Gil Magno; Indicação nº: 6718, 6719, 6724, 6738, 6739, 6740, 6741, 6747 e 6748/2025 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 6728, 6732 e 6733/2025 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 6729/2025 do Vereador Octávio Sampaio; Indicação nº: 6771 e 6772/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Terminada a leitura do Expediente o Vereador Gil Magno solicitou a inversão de pauta; Colocado em discussão e votação a inversão de pauta; a Inversão foi aprovada com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Octávio Sampaio, do Vereador Tiago Leite e do Vereador Wesley Barreto; Registre-se que o Vereador Léo França e a Vereadora Professora Livia votaram contra a Inversão; o Senhor Presidente, passou então à **ORDEM DO DIA:** Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 1769/2025 do Vereador Júnior Coruja; o Projeto foi aprovado com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 5240/2023 do Vereador Junior Paixão; o Projeto foi aprovado com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Resolução nº: 2328/2025 do Vereador Octávio Sampaio; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, da Vereadora Júlia Casamasso e do Vereador Octávio Sampaio; Registre-se que a Vereadora Professora Livia absteve-se de votar; Colocado em 2ª discussão e votação os Projetos de Resolução nº: 5065, 5333 e 5542/2025; os Projetos foram aprovados com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja e do Vereador



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

Junior Paixão; Colocado em discussão e votação única a Indicação Legislativa nº: 3558/2025 do Vereador Carlos Alberto; a Indicação foi aprovada com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja e do Vereador Junior Paixão; Colocado em discussão e votação o Requerimento de Inclusão nº: 6813/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; o Requerimento foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em 1º discussão e votação o Projeto de Lei nº: 1490/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; o Projeto foi aprovado com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em 2º discussão e votação o Projeto de Lei nº: 1490/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; o Projeto foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Dudu, do Vereador Gil Magno, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em votação e discussão as Indicações em bloco nº: 0951, 0952, 0953, 1805, 1811, 1812, 3443, 3444, 3447, 3588, 3643, 3645, 3646, 4213, 4374, 4443, 4565, 4570, 5797, 5816, 6019, 6478, 6479, 6480, 6543 e 6547/2025; as Indicações foram aprovadas com 14 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio; Terminada a **ORDEM DO DIA**, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim o primeiro Vereador: **1) LÉO FRANÇA, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Deu uma boa tarde especial a todos os aposentados e pensionistas da prefeitura. Em seguida, afirmou que não seria possível participar daquela sessão sem se manifestar em defesa dos servidores e servidoras, dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade de Petrópolis. Relatou que começou o dia na Guarda Municipal, onde encontrou a instituição praticamente abandonada. Informou que, por volta das 9h30 da manhã, o comandante da guarda não se encontrava no local, com o celular desligado. Disse ainda que tentou contato com o subcomandante diversas vezes, mas também não obteve retorno. Conversou com vários guardas municipais e relatou que a principal queixa foi o atraso no pagamento dos salários, além do corte das horas extras. Destacou que não poderia permanecer calado diante dessa situação, especialmente quando se tratava de aposentados e pensionistas que não tinham como se defender. Colocou seu mandato à disposição para atuar em defesa dos servidores, dos aposentados e pensionistas, exigindo o cumprimento do direito ao recebimento do salário no último dia útil do mês. Recordou que, no final de 2021, quando assumiu o mandato, foi até o prefeito da época, Rubens Bomtempo, para construir um planejamento de melhoria na qualidade da cesta básica dos servidores da COMDEP. Disse ter sido surpreendido ao saber que a cesta básica desses servidores estava atrasada, com fornecedores sem pagamento há mais de três meses. Prosseguiu relatando que servidores da saúde, como os agentes comunitários que realizam visitas diárias, mesmo sob sol ou chuva, também



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

enfrentavam salários atrasados. Situação semelhante ocorria com os funcionários da Secretaria de Obras, responsáveis por serviços como tapa-buracos, drenagem e construção de muros de contenção, bem como com os servidores da Secretaria de Meio Ambiente. Manifestou indignação com o ofício enviado pela prefeitura à Câmara no final do dia anterior, solicitando a devolução de R\$ 4 milhões do orçamento do Legislativo para pagamento dos servidores da saúde. Declarou que votaria favoravelmente, mesmo sendo independente, pois não contribuiria para o caos da cidade. Contudo, fez um apelo aos demais vereadores para que revogassem o aumento de 70% no salário do prefeito, concedido quando ele ainda era vereador, em 20 de dezembro de 2024. Ressaltou que o projeto fixou os subsídios do prefeito, vice-prefeito e secretários, elevando o salário do chefe do Executivo de R\$ 14.600 para R\$ 25.000. Classificou o ato como, no mínimo, imoral, principalmente quando servidores com salários de R\$ 2.000 ou R\$ 3.000 ficavam sem pagamento, enquanto o prefeito comemorava a Bauernfest com uma caneca de chopp, celebrando o próprio aumento salarial. Criticou também a falta de transparência nos altos investimentos realizados na Bauernfest, e denunciou a comercialização indevida de barracas dentro do Palácio de Cristal por um ex-chefe de gabinete do então vereador Hingo Hammes. Informou que essas barracas não foram licitadas, apesar de o prefeito ter alegado o contrário. Questionou a ausência da queixa-crime que o prefeito disse ter registrado, ressaltando que até aquele momento ela não havia sido apresentada. Também rebateu as declarações do prefeito sobre uma suposta "herança maldita" deixada pelo governo anterior. Alegou que a verdadeira herança maldita foi deixada pelo atual prefeito quando saiu da gestão em 2021, deixando R\$ 58 milhões em precatórios e um projeto de lei problemático que gerou um passivo de mais de R\$ 50 milhões. Disse ainda que o então gestor não aplicou os 25% obrigatórios na educação, o que obrigou o governo seguinte a investir mais de 31% para compensar a defasagem. Antes de concluir, retomou o tema da merenda escolar, destacando que havia escolas com depósitos vazios, questionando onde estaria armazenada a merenda do município. Relatou que, após afirmar que não havia feijão e óleo nas escolas, um fornecedor foi acionado para entregar feijão sob promessa de pagamento em 10 dias. Até aquele momento, o fornecedor não havia recebido e o prefeito não atendia mais suas ligações. Abordou ainda a questão do transporte público, lembrando que, na semana anterior, o prefeito afirmou que só cumpriria decisão judicial caso houvesse reajuste na tarifa. Para ele, tudo já estava combinado entre a prefeitura e os empresários de ônibus, numa tentativa de transferir o desgaste para o Judiciário. Disse que esse desgaste inevitavelmente recairia sobre o prefeito, que, segundo ele, não assumiu seu papel de gestor e venceu as eleições com promessas não cumpridas. Acrescentou que a prefeitura encaminhou ofício afirmando que bloqueios nas contas do ICMS e FPM estavam comprometendo os pagamentos. No entanto, no mesmo documento, o próprio prefeito reconheceu que a gestão anterior quitou R\$ 58 milhões em precatórios e deixou recursos no fundo correspondente. Segundo o vereador, a



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

alegação de falta de dinheiro é, na verdade, consequência da falta de prioridade, especialmente nas áreas de saúde e educação. Enquanto isso, afirmou, festas continuavam sendo realizadas com altos investimentos, enquanto faltavam medicamentos nos hospitais e merenda nas escolas. Apresentou um relatório do Fundo Municipal de Educação, mostrando que até 30 de junho haviam sido destinados R\$ 8,7 milhões para empresas de ônibus. Questionou como o prefeito poderia alegar ser contra o reajuste das passagens, ao mesmo tempo em que transferia recursos originalmente destinados à saúde e educação para essas empresas. Por fim, comentou a fala do presidente do INPAS durante audiência pública, na qual ele atribuiu a queda de arrecadação ao que chamou de “um dos maiores responsáveis”, referindo-se a alguém presente no plenário. O vereador afirmou que não utilizaria os mesmos termos, mas considerou que o prefeito havia agido de maneira irresponsável ao usar o 13º salário dos servidores. Encerrando sua fala, defendeu que a Câmara apresentasse um projeto de lei para revogar o aumento salarial concedido ao prefeito no final de 2024. Agradeceu e despediu-se. **2) PROFESSORA LÍVIA, PCdoB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou que sua manifestação expressava o compromisso com as servidoras e os servidores do município, especialmente diante da confiança que muitos depositaram no atual prefeito durante as eleições. Relembrou que, à época, o então candidato percorreu a cidade afirmando ter um “plano B” para enfrentar a já conhecida situação financeira caótica que se projetava para 2025. No entanto, segundo a parlamentar, o que se vê atualmente é um plano B baseado em deixar pessoas sem pagamento, escolhendo quem irá receber recursos e, infelizmente, não são os servidores públicos. Relatou que aposentadas, aposentados e pensionistas ainda não haviam recebido seus salários. As pessoas contratadas por RPA seguiam recebendo com atraso mês a mês, assim como estagiários e estagiárias. Alertou também para a situação dos trabalhadores terceirizados, que deve piorar, e da merenda escolar, cuja falta já se fazia presente. Para ela, essa foi uma escolha da atual gestão, um plano B que não prioriza os servidores e que não pode ser justificado por desconhecimento da realidade, já que o prefeito atual fazia parte da Câmara no ano anterior. Pontuou que, em vez de buscar soluções para o aumento da receita do município, a maioria da Câmara à época defendia apenas cortes de gastos. Segundo ela, isso demonstrava que um golpe estava sendo planejado e executado contra a cidade e contra um projeto de desenvolvimento. O que se vê hoje, em sua visão, é um projeto de desmonte, que retira dinheiro das pessoas, enfraquece a economia local e prejudica o pequeno comércio e o empreendedorismo local, alimentado em grande parte pelos salários dos servidores. Relembrou que, em 2017, o então prefeito Bernardo Rossi promoveu uma reforma administrativa que cortou gastos, o que fez a cidade “entrar ladeira abaixo”, já que isso tirou dinheiro de circulação. Para ela, o atual prefeito está repetindo esse mesmo erro. Criticou também o envio à Câmara de um projeto de reforma da previdência que penaliza exclusivamente os servidores ao



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

propor o aumento da alíquota, supostamente para resolver o problema do INPAS. Afirmou que participou de uma reunião na prefeitura naquele mesmo dia e que defendeu que não se aceitasse o aumento da alíquota sem escalonamento, sem transparência e, principalmente, sem penalizar quem está trabalhando. Citou como exemplo o atraso de dois meses nos pagamentos aos responsáveis pelo transporte dos estudantes com deficiência, destacando que o salário de maio sequer havia sido quitado. Enquanto isso, observou que o reajuste do prefeito e dos secretários já havia sido depositado normalmente em suas contas. Prosseguiu sua fala destacando a ausência de um plano apresentado pela Secretaria de Fazenda para recompor a receita do município. Lembrou que, em audiência pública, questionou o secretário e não obteve respostas. Ressaltou que não pretendia ser alarmista ao afirmar que a prefeitura está em colapso financeiro, mas que era preciso estabelecer prioridades. Questionou se a prioridade do governo seria o pagamento a empresários aliados da gestão ou aos servidores públicos; aos donos de empresas de ônibus ou àqueles que mantêm o serviço público funcionando. Enfatizou que a falta de pagamento da merenda escolar atingia diretamente as crianças mais vulneráveis da cidade, que muitas vezes só conseguiam se alimentar adequadamente na escola. Alertou que, sem merenda, seriam essas crianças as mais prejudicadas. Por fim, tratou da ausência de informações sobre o reajuste dos servidores. Observou que até o dia 1º de julho a atual gestão ainda não havia enviado à Câmara o percentual de reajuste salarial. Disse que aguardava uma reunião, mas que não havia sido informada de nenhuma tratativa com os sindicatos. Afirmou que os parlamentares estavam aguardando uma posição da prefeitura para que a atual gestão do Executivo Municipal informasse à Câmara qual seria a sua pretensão em relação às servidoras e servidores públicos do município. Destacou que muitos servidores da cultura, da educação e da área administrativa da prefeitura recebem apenas um salário mínimo, e que todos aguardam com expectativa o anúncio de um possível reajuste salarial. Diante disso, sugeriu que a Comissão de Servidoras e Servidores da Câmara enviasse um ofício à prefeitura com a solicitação de duas informações fundamentais: primeiro, a previsão de pagamento da folha salarial até o final do ano, com um calendário definido; e segundo, a previsão de reajuste salarial para os servidores. Justificou a urgência da medida afirmando que não é possível continuar aguardando indefinidamente enquanto a prefeitura decide o que fazer. Enfatizou que os trabalhadores precisam pagar suas contas, e que essas contas não esperam. Segundo ela, essas pessoas dedicam suas vidas ao serviço público do município e merecem respeito e compromisso. Criticou ainda a falta de comprometimento da atual gestão com a valorização das carreiras do serviço público e com a realização de concursos públicos. Apontou que, para salvar o INPAS, é fundamental a realização de novos concursos, especialmente se a prefeitura não quiser realizar aportes mensais ao instituto. Ressaltou que é imprescindível garantir o pagamento em dia e o reajuste dos salários. Caso contrário, advertiu, a prefeitura continuará a se afundar em



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

dificuldades financeiras, agravadas pela ausência de um plano para o aumento da receita municipal. Segundo ela, falta uma gestão eficaz e comprometida com a geração de receitas para o município. Na parte final de sua fala, a vereadora comentou a audiência pública realizada na Câmara no dia anterior, cujo tema foi o toque de recolher. Classificou a medida como uma concepção atrasada de cidade e afirmou que ela penaliza ainda mais os donos de bares e restaurantes, que geram muitos empregos e receita para o município. Lembrou que, em 2021, o então vereador, hoje prefeito, fez uma emenda ao Código de Posturas do Município responsabilizando os donos de bares e restaurantes por acontecimentos ocorridos fora de seus estabelecimentos. Disse que essa é a visão que predomina atualmente na gestão municipal: uma visão contrária ao desenvolvimento, à geração de emprego e renda, e à valorização da economia local. Reforçou que, durante a audiência, ninguém defendeu desordem ou “balbúrdia”, mas sim a possibilidade de a cidade funcionar com equilíbrio e responsabilidade, garantindo receitas que permitam, principalmente, o pagamento digno daqueles que trabalham. Agradeceu e despediu-se. 3) **JÚLIA CASAMASSO, PSOL** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou a necessidade urgente de ampliação do diálogo e do compromisso do Executivo municipal diante da grave situação financeira enfrentada pelo município. Ressaltou que os atrasos nos pagamentos não são novidade, mas que infelizmente os servidores, estagiários e contratados por RPA seguem convivendo com uma instabilidade constante. Observou que essa realidade vem se repetindo há anos, com diferentes gestões, e que nos últimos seis meses a situação se agravou de maneira absurda. Relembrou que já alertava sobre as dificuldades orçamentárias enfrentadas pelo município desde o final do ano anterior, quando, durante a discussão da Lei Orçamentária Anual (LOA), apresentou diversas emendas com o objetivo de garantir recursos para a merenda escolar — uma prioridade para garantir a alimentação dos estudantes ao longo de todo o ano. No entanto, todas as emendas foram rejeitadas sob a justificativa de que existia um “plano B” de recuperação financeira. Afirmou que esse plano de recuperação nunca foi apresentado de fato. Em vez disso, a proposta que chegou à Câmara foi uma reforma no INPAS para aumentar a alíquota paga pelos servidores, como tentativa de salvamento do instituto. Também chamou atenção para os dados apresentados no relatório do primeiro quadrimestre fiscal, que apontaram um aumento de R\$ 170 milhões na dívida do município em apenas quatro meses de gestão, totalizando R\$ 793 milhões. Pontuou que, ao final de junho, aposentados e servidores da saúde estavam sem receber seus salários, questionando como seria possível manter os serviços públicos funcionando nessas condições. Destacou que, até aquele momento, o Executivo não havia informado qual seria a data do pagamento, tampouco apresentado um plano claro. Reforçou que os servidores merecem respeito e, no mínimo, consideração. Caso os salários não sejam pagos na data correta, os trabalhadores precisam ser informados com antecedência. Criticou o



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

comportamento da gestão municipal, que age como se nada estivesse acontecendo, e comentou sobre o ofício enviado à Câmara solicitando a devolução antecipada de R\$ 4 milhões — recursos que, segundo ela, deveriam ser restituídos ao Executivo apenas no fim do exercício orçamentário. Informou que votaria favoravelmente à devolução, reconhecendo a precariedade da saúde no município e compreendendo que a população não pode continuar arcando com tantas perdas. No entanto, afirmou que exigiria uma justificativa clara e detalhada sobre o uso desses recursos. Segundo ela, não basta o ofício mencionar genericamente que os valores serão destinados à Secretaria de Saúde. É necessário que se explique com precisão para onde irão os recursos: se serão utilizados para pagamento de servidores, compra de medicamentos, aquisição de itens básicos como papel higiênico ou insumos hospitalares, uma vez que há denúncias indicando a falta de todos esses itens. Reiterou que os vereadores têm o dever de fiscalização e que a população constantemente busca informações com os parlamentares, querendo saber, por exemplo, quando os pagamentos serão realizados — dúvidas que, infelizmente, nem os vereadores têm condições de responder. Enfatizou, assim, a necessidade de um compromisso formal com a apresentação de um plano de recuperação financeira, que seja transparente, bem estruturado e que não penalize os servidores. Ressaltou ainda que a transparência deve abranger todos os vínculos do serviço público: servidores efetivos, contratados por RPA, terceirizados e estagiários — todos precisam saber se receberão seus vencimentos em dia. Encerrou sua fala reiterando o pedido para que a justificativa da aplicação dos R\$ 4 milhões seja devidamente protocolada na Câmara, tal como foi feito com o ofício de solicitação dos recursos. Voltou a cobrar do Executivo o plano de recuperação financeira, destacando que o ano de 2025 já apresenta uma execução orçamentária cerca de R\$ 300 milhões inferior à de 2024, enquanto a dívida cresce de forma vertiginosa. Afirmou que é urgente que o município defina uma direção, e que a Câmara precisa participar do debate sobre os caminhos que a cidade deve seguir — sem prejudicar os servidores, nem sobrecarregar os munícipes, que são sempre os que pagam a conta. Finalizou garantindo que seguirá acompanhando a situação de perto, cobrando e fiscalizando o Executivo para que um plano real de recuperação seja apresentado e que os servidores não tenham que arcar, mais uma vez, com os impactos da má gestão financeira. Agradeceu e despediu-se. Registre-se que o Vereador Tiago Leite solicitou que constasse em ata a falta do Vereador Dr. Aloísio, pois este encontra-se em uma reunião no Rio de Janeiro; Encerrada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS**, e **NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezoito horas e dezessete minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia dois de julho às dezesseis horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

Vinicius Martins